



# **DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III**

## **8 – DESENHO E PLANEJAMENTO URBANO E ESPACIAL**

**Nova York, dia 31 de maio de 2015**

*(Versão não editada 2.0)*





# DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE DESENHO E PLANEJAMENTO URBANO E ESPACIAL

## PALAVRAS-CHAVE

Compacidade, conectividade, inclusão, uso misto, mistura social, resiliência urbana, contexto, forma urbana, espraiamento urbano, sistemas de cidades, participação, parceria, herança cultural, infraestrutura verde, valor compartilhado da terra, produtividade, economias de aglomeração.

## PRINCIPAIS CONCEITOS

1. Planejamento urbano e territorial pode ser definido como um processo de tomada de decisão com o objetivo de alcançar metas econômicas, sociais, culturais e ambientais, por meio do desenvolvimento de visões, estratégias e planos territoriais e da aplicação de um conjunto de princípios de políticas, ferramentas, mecanismos institucionais e participativos e procedimentos regulatórios.<sup>1</sup>
2. O ordenamento territorial abrange uma ampla gama de escalas, desde o nível do bairro, cidade/município, cidade-região/metrópole até o nível nacional e supranacional/transfronteiriço. Seu objetivo é facilitar e articular as decisões e ações políticas que transformarão o espaço físico e social e afetarão a distribuição e o fluxo de pessoas, bens e atividades.
3. Desenho urbano é o processo multidisciplinar de formulação do cenário físico destinado à vida em cidades, municípios e vilarejos; envolve o desenho de espaços, paisagens, construções e grupos de prédios, e o estabelecimento de estruturas e processos que facilitem o desenvolvimento bem-sucedido.<sup>2</sup>
4. Espraiamento urbano é a expansão física do ambiente construído da cidade, que comumente faz uso das áreas rurais circunvizinhas. É geralmente caracterizado por assentamentos de baixa densidade, dependentes de automóveis e que frequentemente carecem de acesso a infraestrutura e serviços públicos.<sup>3</sup>
5. Compacidade é a característica da forma urbana (forma, densidade e uso da terra) que reduz a sobre-exploração dos recursos naturais e melhora as economias de aglomeração, com benefícios para os moradores em termos de proximidade. É medido em termos de densidade de área construída e de população, e concentração de funções urbanas.<sup>4</sup>
6. A conectividade fortalece o relacionamento físico, social e virtual entre pessoas, lugares e bens. A níveis regional e nacional, a conectividade liga os centros de produção aos de consumo. Ao nível da cidade, a conectividade está intimamente relacionada à mobilidade e à permeabilidade de uma determinada área. A conectividade das vias refere-se à densidade das conexões e dos nós em uma determinada rede de vias.<sup>5</sup>
7. O conceito de inclusão, no planejamento, reconhece que todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano.

<sup>1</sup> UN-Habitat (2015). International Guidelines on Urban and Territorial Planning

<sup>2</sup> Cowan, R. (Ed.). (2005). The Dictionary of Urbanism.

<sup>3</sup> UN-Habitat (2012). Urban Patterns for a Green Economy: Leveraging Density

<sup>4</sup> UN-Habitat (2014). Urban Planning and Design Focus Area Assessment Framework (rascunho).

<sup>5</sup> UN-Habitat (2013), Urban Planning For City Leaders.



Em termos de processo, promove a participação no planejamento e a diversidade de representação. Em termos de resultados, promove o acesso de todos a serviços, empregos e oportunidades, e à vida cívica e política da cidade.

8. O empreendimento de uso misto promove uma variedade de usos do solo e funções compatíveis e oferece um corte transversal de infraestrutura residencial, comercial e comunitária no bairro, ao mesmo tempo em que reduz a exigência de deslocamento pendular.
9. A mistura social define-se pela presença de moradores de origens e níveis de renda diversos, no mesmo bairro, e depende da disponibilidade de opções de moradia diversas, em termos de faixas de preço, tipologias e tipo de ocupação, e da disponibilidade de diversidade de empregos.

## DADOS E FATOS IMPORTANTES

- Atualmente, as cidades geram 80% do PIB global e abrigam 50% da população mundial em 3% da sua área superficial, com as 100 cidades mais ricas gerando 35% do PIB global<sup>6</sup>. Entretanto, planejamento e infraestrutura deficientes podem reduzir a produtividade dos negócios em até 40 por cento<sup>7</sup>.
- Em países em desenvolvimento, uma média de 6 entre 7 cidades sofreram redução na densidade, enquanto em cidades com rendas mais elevadas, a duplicação da renda per capita significou um declínio de 40% na densidade média.<sup>8</sup> Estima-se em USD 400 bilhões por ano o custo do espraiamento nos Estados Unidos, resultando principalmente dos custos mais elevados de infraestrutura, serviços públicos e transporte.<sup>9</sup>
- A compacidade urbana e as emissões de gás de efeito estufa apresentam uma correlação inversa. Para cada ponto percentual de crescimento que ocorre em um centro urbano em vez de nos subúrbios, aproximadamente 5 milhões de TM de CO<sub>2</sub> per capita deixam de ser emitidos.<sup>10</sup>
- O fornecimento insuficiente de um número adequado de lotes utilizáveis bem conectados contribuiu para o aumento da urbanização informal, com mais de 61% dos habitantes na África subsaariana, 24% na América Latina e 30% na Ásia ocupando terras de maneira informal, frequentemente em áreas de alto risco.<sup>11</sup>
- A disciplina do ordenamento territorial e urbano está sub-representada em diversas áreas em desenvolvimento, com 0,97 planejadores oficiais por 100.000 pessoas, em alguns países africanos, e 0,23 na Índia. Isto contrasta com 37,63 no Reino Unido e 12,77 nos Estados Unidos.<sup>12</sup>
- Na última década, o ordenamento territorial e urbano ganhou atenção internacional, com a aprovação dos princípios do Novo Planejamento Urbano, no terceiro Fórum Urbano Mundial de 2006 em Vancouver, constituindo um novo marco.
- Em 2015, o relatório 'Paisagem de Risco Global', do Fórum Econômico Mundial (FEM), identificou o fracasso do planejamento urbano como um fator de risco responsável por desafios sociais, ambientais e de saúde<sup>13</sup>. A importância deste risco é enfatizada pelo fato de que, em

<sup>6</sup> UN-Habitat (2013). Planning and Design for Sustainable Urban Mobility --- Global Report.

<sup>7</sup> UN-Habitat (2013). Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity.

<sup>8</sup> UN-Habitat (2012). State of the World Cities.

<sup>9</sup> The New Climate Economy (2015), Analysis of Public Policies that Unintentionally Encourage And Subsidize Sprawl.

<sup>10</sup> Rode, P., Burdett, R. and Soares Gonçalves, J.C. (2011). Buildings: investing In energy And resource efficiency. In Towards A Green Economy – Pathways To Sustainable Development and Poverty Eradication. United Nations Environment Programme.

<sup>11</sup> UN-Habitat. (2012). State Of the World's Cities 2012/2013. London: Earthscan.

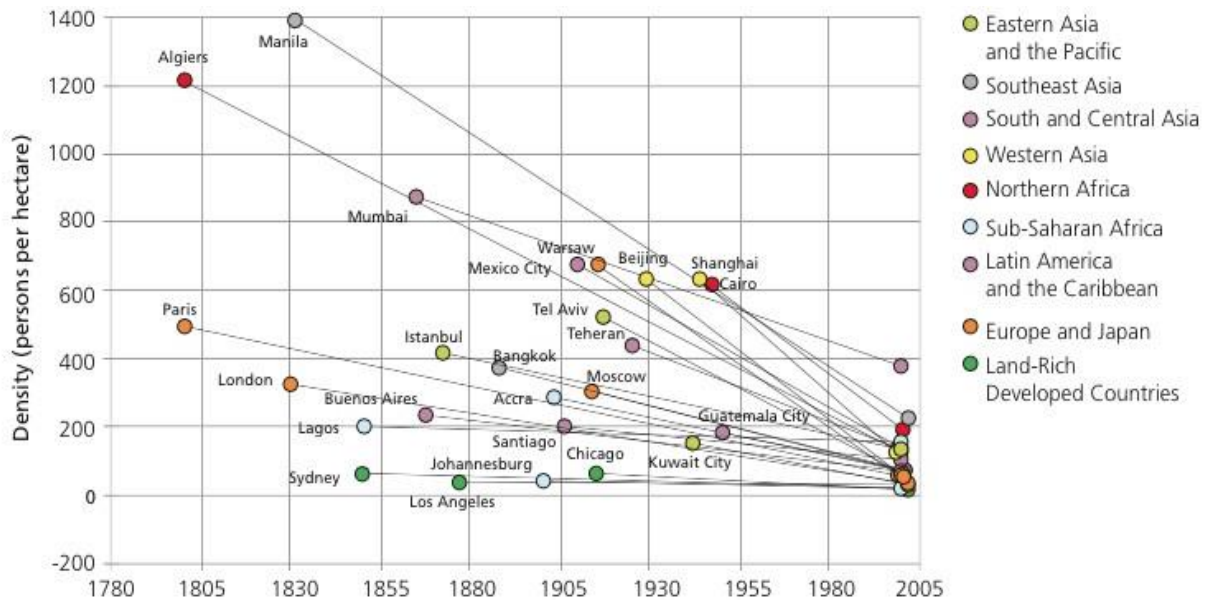
<sup>12</sup> UN-Habitat & African Planning Association (2013). The State of Planning in Africa.

<sup>13</sup> <http://reports.weforum.org/global-risks-2015/>.



2012, mais de 60% da área projetada para fins urbanos até 2030 não havia ainda começado a ser construída<sup>14</sup>.

- Desde 2009, o Relatório de Avaliação Global<sup>15</sup> e o Marco de Ação de Sendai (2015) destacam o planejamento urbano como fator de resiliência. O planejamento urbano é também considerado um fator decisivo na prosperidade urbana, segundo especialistas locais consultados em 2012<sup>16</sup> (ver figura 2).



**Figura 1:** A redução geral nas densidades das áreas construídas em 25 cidades representativas, 1800-2000. Fonte: Lincoln Land Institute of Land Policy (2011). Abrindo Espaço para um Planeta de Cidades.

Tradução – Figura 1

**Cidades:**

Manila – Manila	Teheran – Teerã	Santiago – Santiago
Algiers – Argélia	Paris – Paris	Guatemala City – Cidade da Guatemala
Mumbai - Mumbai	London – Londres	Sydney - Sydney
Warsaw – Varsóvia	Istanbul – Istambul	Johannesburg- Joanesburgo
Mexico City – Cidade do México	Bangkok – Bangkok	Chicago – Chicago
Beijing – Pequim	Buenos Aires – Buenos Aires	Kuwait City – Cidade do Kuwait
Shanghai - Xangai	Accra - Acra	Los Angeles – Los Angeles
Cairo – Cairo	Moscow – Moscou	
Tel Aviv – Tel Aviv	Lagos - Lagos	

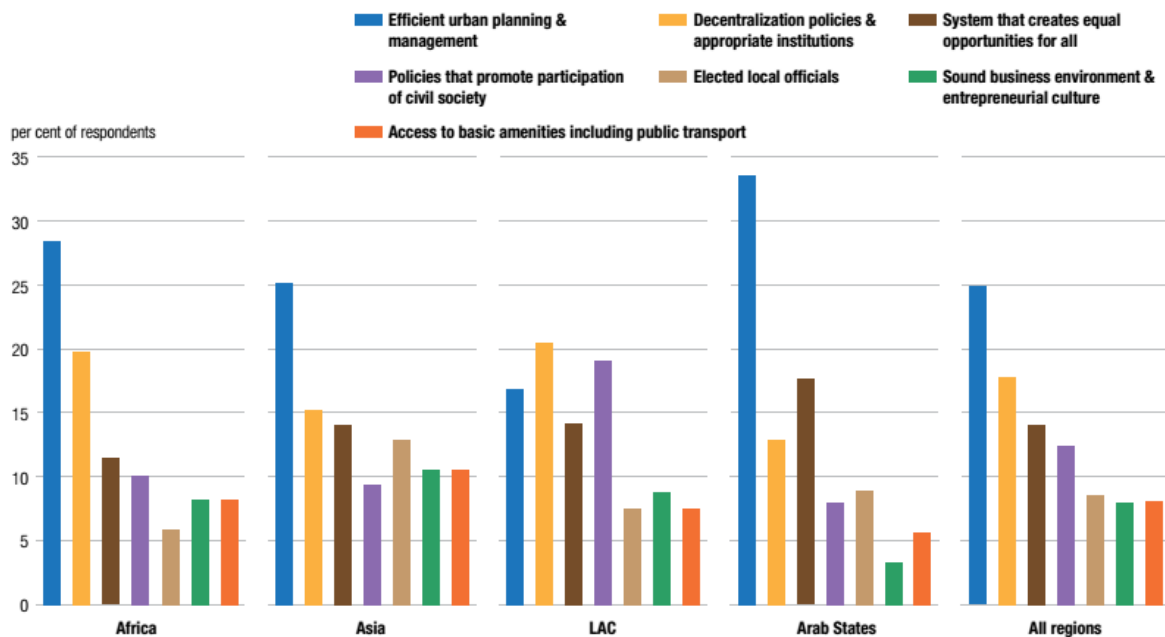
**Eixo vertical:** Density (persons per hectare) – Densidade (pessoas por hectare).

- Eastern Asia and the Pacific - Ásia Oriental e Pacífico
- Southeast Asia – Sudeste da Ásia
- South and Central Asia – Sul da Ásia e Ásia Central
- Western Asia – Ásia Ocidental
- Northern Africa – Norte da África
- Sub-Saharan Africa – África Subsaariana
- Latin America and the Caribbean – América Latina e Caribe
- Europe and Japan – Europa e Japão
- Land-Rich Developed Countries – Países Desenvolvidos Ricos em Terra

<sup>14</sup> CBD (2012). Cities and Biodiversity. Action And Policy: A Global Assessment of The Links between Urbanization, Biodiversity, and Ecosystem Services.

<sup>15</sup> United Nations (2009). Global Assessment Report On disaster risk reduction.

<sup>16</sup> UN-Habitat (2012). State of the World Cities.



**Figura 2:** Fatores de sustentação da prosperidade urbana segundo especialistas locais. Fonte: ONU-Habitat (2012). Estado das Cidades do Mundo.

Tradução – Figura 2

**Legendas**

■ Planejamento e gerenciamento urbano eficientes	■ Representantes locais eleitos
■ Políticas que promovem a participação das sociedades civis	■ Sistema que cria oportunidades iguais para todos
■ Acesso a benefícios básicos incluindo transporte público	■ Ambiente de negócios sólido e cultura empreendedora
■ Políticas de descentralização e instituições apropriadas	

**Eixo horizontal:**  
 África – Africa | Ásia – Asia | LAC – ALC | Arab States – Estados Arabes | All regions – Todas as regiões

## RESUMO DO TEMA

Há um consenso global crescente sobre a contribuição das estratégias e políticas de planejamento urbano para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a sustentabilidade e resiliência ambientais. O recente debate na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 enfatizou o desenvolvimento de assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e o planejamento urbano foi reconhecido como um meio positivo para a formação de um futuro sustentável e equitativo. Isto marca uma mudança significativa nas percepções e ênfase do passado a respeito das 'estratégias viabilizadoras', que limitavam o papel do ator público e concediam o papel principal às forças de mercado. O Relatório Global de Assentamentos Humanos de 2009 intitulado 'Planejando Cidades Sustentáveis' forneceu o primeiro panorama global a respeito do estado do planejamento urbano e identificou a necessidade da sua reinvenção a fim de responder adequadamente aos desafios do século 21. Em 2015, a Resolução 25/L5 do Conselho de Administração da ONU-Habitat aprovou as Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Regional.

As estratégias e políticas urbanas que promovem a compacidade e conectividade de forma geral produziram padrões e formas urbanas mais sustentáveis. De forma contrária, extensões não planejadas de cidades ou décadas de desenho urbano centrado em automóveis criaram cidades-regiões espalhadas. O espraiamento das periferias das cidades foi também incentivado pelo êxodo



rural, pelas opções de moradia financeiramente inacessíveis nos centros das cidades e pela inflexibilidade na administração fundiária. Áreas espalhadas reforçam padrões de mobilidade insustentáveis e congestão, por geralmente obrigarem pessoas e bens a um deslocamento maior<sup>17</sup>; a conectividade reduzida agrava este quadro e reforça a segregação. A forma urbana compacta e conectada, por outro lado, apresenta espaços acessíveis, de baixa emissão de carbono e humanizados, e é capaz de influenciar a saúde da comunidade no longo prazo (ex.: Seattle, EUA e Bruxelas, Bélgica). A importância da conectividade é exemplificada por dados sobre a extensão de terra alocada para ruas: numa amostra de cidades em países em desenvolvimento, sua média é de 6 a 12%, contrastando com cidades em países desenvolvidos, cuja média é 29%<sup>18</sup>. A configuração e a qualidade do espaço público são também importantes, com vias multifuncionais dinâmicas oferecendo benefícios urbanos maiores do que as monofuncionais.

A ênfase maior em aspectos territoriais do planejamento e na elaboração de políticas aumenta a coerência e a integração das decisões políticas e setoriais. Projetos setoriais fragmentados e empreendimentos privados isolados têm comprometido os objetivos de desenvolvimento sustentável de longo termo. Isto é especialmente notável em cidades secundárias, onde falhas entre planos de desenvolvimento, planos de infraestrutura e investimento comprometem o fornecimento de serviços básicos e de infraestrutura. A harmonização e a coordenação de planos territoriais e setoriais aumentam a eficiência e as sinergias.

Os benefícios econômicos do planejamento são vários, e resultam dos aumentos no valor da terra e da sua produtividade. O ordenamento territorial contribui para gerar aumentos no valor, que pode então ser apropriado e compartilhado como receita pública e para fins de investimento. O valor compartilhado do solo exige coordenação próxima entre agentes públicos e privados e instrumentos como avaliação, tributação e reordenação territorial (ex.: Alemanha, Japão, etc.). O planejamento que promove usos mistos e densidades apropriadas é uma das intervenções de melhor custo na promoção das receitas privadas e públicas. A implementação atua como multiplicador adicional de valor num ciclo virtuoso do qual muitas cidades puderam se beneficiar (Nova York, EUA; Bogotá, Colômbia, etc.). A implementação aumenta ainda a eficiência da cadeia de produção, reduzindo os custos de produção e transação. Os benefícios diretos e indiretos do planejamento urbano na economia são demonstrados pela diferença de produtividade/PIB entre cidades com padrões urbanos diversos<sup>19</sup>. Adicionalmente, o planejamento pode criar uma estrutura previsível atraente aos investimentos.

O ordenamento territorial e o desenho urbano tiveram impacto profundo na elaboração de cidades e regiões mais integradas socialmente. De forma contrária, ordenamento e desenho territoriais inadequados e má implementação podem contribuir para a segregação social, reforçando desigualdades e tensões. O tecido social das cidades continua sendo fragmentado pela segregação do mercado imobiliário e pelo aumento dos condomínios fechados. O planejamento focado no acesso através da cidade aos espaços públicos, infraestrutura pública revitalizada, transporte público e oportunidades econômicas locais pode melhorar a integração e a inclusão, ao mesmo tempo em que contribui para tornar as cidades mais seguras (Medellín, Colômbia e Lyon, França). Estas

---

<sup>17</sup> Todd Litman (2015). NCE Cities – Sprawl Subsidy Report, The New Climate Economy. (<http://static.newclimateeconomy.report/wp-content/uploads/2015/03/public-policies-encourage-sprawl-nce-report.pdf>).

<sup>18</sup> UN-Habitat (2013). Streets As Public Spaces And Drivers of Urban Prosperity.

<sup>19</sup> UN-Habitat (2015). Urban Finance for City Leaders, Urban Morphology Institute (em preparação).



estratégias são especialmente valiosas na reintegração de moradores informais, migrantes e refugiados nas cidades (Swakopmund, Namíbia). O planejamento urbano eficaz também contribuiu para o aperfeiçoamento e a prevenção dos empreendimentos informais e especulativos. A disponibilização de terras bem localizadas e de grande número de terrenos acessíveis (de dimensão e preço apropriados) é uma estratégia que assegura a inclusão social por meio do acesso de custo razoável à terra e à moradia (Bahir Dar, Etiópia; Ouagadougou, Burkina Faso), ao passo que o uso misto e a mistura social também contribuem para uma melhor integração social. O movimento pelo direito à cidade tem sido importante na promoção destes temas na agenda internacional.

A integração de planos em diferentes escalas de planejamento contribui para sistemas funcionais de cidades que se apoiam em complementaridades territoriais, através da criação de redes em que os fluxos econômicos e o provisionamento de serviços básicos pode ser adequadamente distribuído entre os lugares, independentemente do tamanho da população (ex.: Alemanha e Coreia do Sul). Acordos institucionais devem ir além dos limites administrativos a fim de responder a estas novas dinâmicas, com especial atenção às instituições metropolitanas e regionais de planejamento do uso do solo. A eficácia destes arranjos institucionais é comprovada pelo número crescente de estratégias supranacionais que fortalecem a resiliência ambiental (ex.: região dos Grandes Lagos, EUA-Canadá) e o crescimento econômico de áreas definidas (ex.: União Europeia). O grau de integração e coerência alcançáveis dependerá da sua capacidade.

Modelos de planejamento orientados pelo contexto local são essenciais para a relevância local e para a preservação da herança cultural, dos valores e da identidade dos lugares. Programas de reabilitação urbana mal concebidos, executados com conhecimento insuficiente sobre os valores culturais, representam ameaça crescente à conservação de áreas históricas e de suas qualidades. Isto refere-se à configuração geral e ao caráter dos espaços públicos, aos usos e à capacidade de resposta ao clima considerados na forma urbana, e aos conhecimentos locais sobre tecnologias e materiais. Por norma, intervenções bem fundamentadas são capazes de influenciar positivamente a forma construída sem comprometer a identidade urbana geral da área. A forma urbana preexistente, bem como os padrões e cultura de uso local do solo, servem de referência para novas extensões ou transformações urbanas. A abordagem histórica da paisagem urbana pode servir como ferramenta conceitual inovadora em prol de um planejamento territorial holístico baseado em valores.

O planejamento territorial e urbano tem criado cidades e regiões mais resilientes. O planejamento efetivo em prol da resiliência reside em compreender as variações locais e regionais quanto à vulnerabilidade aos desastres e impactos climáticos que expõem bens e população a danos e destruição. Áreas urbanas informais têm sido especialmente vulneráveis devido à sua infraestrutura pobre, localização precária e altas densidades. Consequentemente, ao criar sistemas urbanos com maior capacidade de absorção e recuperação de choques, o planejamento com conhecimento dos riscos é capaz de fortalecer a resiliência social de uma comunidade (Noruega). A expansão das cidades considerando critérios de redução de riscos (ex.: construindo longe de áreas de enchentes) e preservando os serviços ecossistêmico entendidas como medidas protetivas dos assentamentos representam duas das estratégias de planejamento mais eficazes nesse sentido (Chengdu, China). “Planejando com a natureza” também contribui para ambientes mais seguros (Holanda). Ver mais detalhes no Documento Temático 15.

A urbanização pode trazer benefícios ambientais como eficiência de recursos e crescimento verde, à medida que os padrões urbanos e as escolhas de infraestrutura feitas hoje definem o comportamento



no médio e longo prazo. De forma geral, a percepção crescente da cidade como um ecossistema tem trazido importantes inovações ao planejamento. Neste contexto, o ordenamento territorial desempenha papel fundamental na preservação dos recursos naturais ao promover formas urbanas que não façam uso intensivo de recursos, proteger terras agrícolas e preservar áreas de importância ecológica. A infraestrutura verde incorporada aos estágios iniciais do planejamento restaurou os ecossistemas dentro e ao redor de cidades que fornecem vários serviços naturais - dos quais dependem - protegendo locais ricos em biodiversidade e aprimorando a conectividade da paisagem (Melbourne, Austrália).

A capacidade das autoridades locais é essencial para a criação e implementação de planos que respondam às necessidades da comunidade e ao contexto local. Escassez de recursos humanos, instituições e sistemas capacitados resultam em planos inadequados que não são controlados localmente ou implementados efetivamente. Além disso, a compreensão de líderes locais, tomadores de decisões e outras partes interessadas a respeito do papel e do valor do planejamento urbano para o desenvolvimento local é fundamental para apoiar os esforços e a implementação do planejamento. Os currículos acadêmicos das universidades precisam ser adaptados a fim de refletir os desenvolvimentos recentes. A capacidade de planejamento e implementação locais pode ser apoiada pela criação e manutenção de registros e mapas de base (Santa Fé, Brasil e Lichinga, Moçambique) e pela incidência de imposto sobre aumentos do valor da terra. O planejamento urbano deve também estar conectado com os processos de elaboração do orçamento e alocação de recursos por parte dos governos centrais. A adequação das exigências do sistema de planejamento à capacidade de entrega e implementação pode também eliminar lacunas de capacidade de forma eficaz (Cidade do Cabo, África do Sul). Em muitos países, a descentralização das funções de planejamento ainda precisa evoluir. A localização institucional e o nível de independência das agências de planejamento influenciam a continuidade e eficácia (ex.: Curitiba, Brasil e França)

A participação pública tem contribuído para melhorar os resultados do planejamento ao atender às diferentes necessidades de grupos variados, como os de mulheres, jovens e comunidades indígenas. O planejamento também pode contribuir para a igualdade de condições para os atores chave e fortalecer a transparência e a responsabilização. A informação e a comunicação do conteúdo e dos processos de planejamento é vital para estimular o envolvimento e a participação. Nos últimos anos, especialmente na Europa, o conceito de 'direito ao plano' tem sido discutido, reconhecendo-se a importância para os indivíduos de se envolverem profundamente com o processo de desenvolvimento de uma cidade.

A formação de parcerias entre o setor público, privado e a sociedade civil pode apoiar o processo de desenvolvimento urbano. O engajamento colaborativo entre as partes interessadas e o compromisso de longo prazo gerado são importantes na manutenção de políticas e decisões que se sobreponham a ciclos políticos. Além disso, os mecanismos de planejamento que envolveram o setor privado e outras partes interessadas em responsabilidades e estruturas reguladoras claras resultaram em um elo mais forte entre planejamento e implementação.

Os planos urbanos e territoriais precisam ser adequados. Tendo em vista o colocado anteriormente, planos urbanos eficazes e implementáveis estão ancorados em escolhas de design, regulamentações e mecanismos financeiros que impulsionam economias de aglomeração. As estratégias de desenvolvimento urbano baseadas nos elementos mencionados transformam visão em ação e podem alcançar um equilíbrio entre os interesses públicos e privados, ao mesmo tempo





que asseguram uma participação mais ampla no desenvolvimento urbano. As estruturas legislativas devem ser suficientemente simples, alavancar dinâmicas de desenvolvimento informais e formais e fornecer flexibilidade aos investidores, dentro de um quadro de responsabilidades definidas (África do Sul). Embora muitos países estejam estabelecendo ou revendo a sua legislação e regulamentações de planejamento, ainda vigora em muitos contextos uma legislação de planejamento obsoleta e inadequada, e sistemas de planejamento complexos e responsabilidades pouco claras são grandes causas de planos inadequados e de baixa implementação. Diversas cidades ainda precisam proteger a ocupação do solo e não possuem mecanismos de controle de direitos de construção para fins de gestão do desenvolvimento urbano. Países com políticas deliberativas a nível nacional e com mecanismos de governança adequados em vigor têm tido, de forma geral, as cidades com gestão e planejamento mais bem sucedidos (ex.: Cingapura, Alemanha).

Dinâmicas urbanas emergentes e complexas requerem conhecimento avançado e ferramentas de planejamento simplificadas. TIC e imagens de satélite são meios fáceis e de baixo custo para acesso a dados territoriais que têm viabilizado maior participação na construção de conhecimento e na troca de informações. Porém ainda há lacunas de conhecimento no que respeita a metropolização e às cidades secundárias. Em muitos contextos, os instrumentos de planejamento se beneficiaram da simplificação e da crescente transparência, e foram aprimorados, por exemplo, ao priorizar a orientação em prol de regulamentações prescritivas (Londres). Abordagens de extensão, transformação e regulamentação são necessárias. Por exemplo, planejamento de extensões de cidades implementadas antes do crescimento da população, em escala adequada, por fases e em contiguidade com o tecido urbano preexistente, geram impactos benéficos na acessibilidade econômica e na prevenção ao desenvolvimento de favelas. Em áreas preexistentes, a regulamentação do desenvolvimento se torna necessária, ao passo que a renovação urbana e os projetos de desenvolvimento também oferecem oportunidades para melhorias do espaço público urbano, da conectividade, densidade e uso misto. Diretrizes e quadros de orientação (como as Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Regional) são recursos úteis que podem agir como bússola para o aperfeiçoamento das políticas, planos e desenhos globais. Afastando-se de uma abordagem prescritiva, legislativa e tornando-se fontes de inspiração, podem ser rapidamente adaptados aos contextos locais.

## PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

A disseminação e implementação das Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Regional podem trazer uma referência global para iniciativas locais e nacionais com objetivo de aperfeiçoar o planejamento e o desenho.

Os sistemas de cidades são redes dinâmicas cuja influência ultrapassa as fronteiras administrativas individuais das cidades.

- Formulam e implementam o quadro nacional de políticas urbanas e territoriais que ratificam o fator territorial na formulação das políticas;
- Definem, implementam e monitoram políticas de descentralização e fortalecem o papel, as responsabilidades, as capacidades de planejamento e os recursos das autoridades locais;
- Promovem sistemas de cidades e corredores urbanos por meio do agrupamento de indústrias, serviços e instituições;
- Promovem a cooperação intermunicipal e sistemas de governança em vários níveis, com base em quadros regulatórios apropriados e incentivos financeiros, especialmente para o planejamento metropolitano e regional;



- Consideram o ecossistema e as dinâmicas ecológicas como elementos territoriais importantes e integram esta perspectiva ao planeamento em diferentes escalas.

O ordenamento territorial alcança maior eficácia como um processo participativo, flexível e contínuo, do que como um esquema rígido.

- Envolve-se em parcerias dinâmicas, inclusive com o setor privado, a fim de garantir que o planeamento urbano e territorial coordene a localização espacial e a distribuição de atividades e serviços;
- Promove processos de planeamento estratégicos e iterativos que permitem o engajamento das partes interessadas para o aprimoramento da implementação;
- Cria planos e políticas urbanas e territoriais acessíveis, abrangentes e de fácil utilização que apoiam o planeamento como sendo função preeminente pública;
- Aborda proativamente o crescimento urbano, através do apoio a cidades secundárias e desenvolvendo extensões planejadas de cidades em escala, conectadas com o tecido da cidade e com espaço público adequado.
- Comunica de forma clara e compartilha informações a respeito dos planos como parte do direito fundamental à informação;
- Aborda as transformações urbanas e os padrões urbanos inadequados de forma proativa e desenvolve planos de preenchimento de espaços vazios para aplicação em áreas urbanas preexistentes.

O processo de planeamento urbano deve ser inclusivo e equitativo, com benefícios compartilhados por todos.

- Envolve diversos segmentos da população, especialmente os pobres, as mulheres, os jovens e os grupos marginalizados, no planeamento urbano e territorial.
- Desenvolve e implementa políticas e regulamentações que incentivam a integração social e o uso misto do solo.
- Facilita a proteção na posse da terra e o acesso aos direitos ao uso do solo e à propriedade, bem como o acesso ao financiamento para famílias de baixa renda.
- Reforma os assentamentos informais, integrando-os à cidade por meio da conectividade, localização de serviços e instalações, e pela oferta de oportunidades.

O planeamento urbano eficaz integra várias dimensões, incluindo a territorial, a institucional e a financeira.

- Assegura que os planos de uso do solo, o desenvolvimento dos serviços básicos e o planeamento da infraestrutura sejam geograficamente conectados e que a implementação seja coordenada.
- Identifica, salvaguarda e desenvolve áreas de herança cultural e natural nos processos de planeamento urbano e territorial.
- Combinam planeamento e desenho com mecanismos de financiamento apoiados por regras e regulamentações apropriadas.
- Elabora plano de resiliência climática e contra desastres nas cidades existentes em extensões das cidades e desde o início das transformações urbanas, em consonância com o Marco de Sendai para a Redução de Desastres.

O bom desenho urbano contribui para a habitabilidade, a sustentabilidade e o potencial econômico de uma cidade.



- Planejamento antecipado ao crescimento da população, através da configuração de áreas de extensão adequadas que guiem o crescimento urbano, especialmente em países com processos acelerados de urbanização em andamento, a fim de assegurar o fornecimento de terrenos utilizáveis que atendam à demanda (Extensões Planejadas das Cidades).
- Promove cidades compactas e controla o espraiamento urbano, desenvolvendo estratégias de densificação progressivas e integradas, e limita, onde for apropriado, a dimensão das áreas urbanas a fim de mitigar a mudança climática e possibilitar o fornecimento de serviços básicos a custo acessível (Preenchimento dos Espaços Vazios das Cidades Planejadas).
- Oferece quantidade suficiente de espaços públicos com rede eficiente de ruas servindo de motivação para uma comunidade vibrante e estimulando o transporte público e transporte não motorizado, criando assim, um espaço público confortável e eficiente.
- Assegura o uso misto funcional e social das áreas e limita o zoneamento.

## PLATAFORMAS E PROJETOS

- Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Regional. <http://unhabitat.org/development-of-international-guidelines-on-urban-and-territorial-planning/>
- Plataformas de Políticas Urbanas Nacionais <http://unhabitat.org/books/the-evolution-of-national-urbanpolicies/>
- Laboratório de Planejamento e Desenho Urbano, ONU-Habitat
- Achieving Sustainable Urban Development Programme (ASUD), <http://unhabitat.org/tag/asud>
- Iniciativa de Prosperidade das Cidades, <http://unhabitat.org/city-prosperity-initiative/>
- Aliança das Cidades, [www.citiesalliance.org](http://www.citiesalliance.org)
- Programa Urbano do Instituto do Banco Mundial, <http://wbi.worldbank.org/wbi/about/topics/urban>
- Campanha Mundial de Redução de Desastres em “Tornando as cidades resilientes: Minha cidade está se preparando” <http://www.unidsdr.org/campaign/resilientcities/>
- Convenção da Unesco relativa à Proteção da Herança Mundial Cultural e Natural (1972), <http://whc.unesco.org/en/convention/>

*Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.*

*Este Documento Temático foi liderado pela ONU-Habitat, com contribuições da UNOPS, CBD, UNESCO e UNISDR.*

*Documento traduzido livremente por Ana Gauz, através da plataforma UNV online ([www.onlinevolunteering.org](http://www.onlinevolunteering.org)). Revisão técnica gentilmente realizada por CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.*